

# ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	7
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	13

## I PARTE

### O DIREITO DO PETRÓLEO NO CONTEXTO JURÍDICO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

I. O RECURSO PETRÓLEO.....	19
1. A evolução do sector: aspectos políticos e económicos. Repercussões nos problemas jurídicos .....	23
1.1. O tempo do oligopólio: as <i>seven sisters</i> na <i>Golden era</i> da negociação do petróleo.....	23
1.2. O tempo do falso Cartel – a OPEP: ascensão e queda.....	26
1.3. O tempo do mercado: cooperação e incerteza.....	30
II. O CONTEXTO REGULATÓRIO DO DIREITO DO PETRÓLEO.....	34
1. A determinação da remuneração justa (o “ <i>value of take</i> ”).....	36
2. A protecção da estabilidade dos investimentos em contexto de incerteza .....	40
III. O PETRÓLEO E AS SUAS DIFERENTES VALORAÇÕES .....	43
1. A protecção dos direitos dos povos indígenas e a “maldição dos recursos” .....	43
IV. O PETRÓLEO SEM FRONTEIRAS.....	49
1. Os recursos naturais internacionais e transfronteiriços: o impulso para novas soluções jurídicas “pós-estaduais” .....	50
2. Depósitos transfronteiriços <i>offshore</i> .....	53
3. As disputas relativas à delimitação das fronteiras marítimas.....	54
3.1. A zona económica exclusiva e a plataforma continental: aspectos fundamentais .....	54
3.2. O conceito de área disputada.....	56
3.3. A metodologia de delimitação das fronteiras marítimas.....	58

4.	A exploração dos depósitos transfronteiriços .....	63
4.1.	A regra da captura.....	63
4.2.	O princípio da preservação da unidade do depósito .....	64
4.3.	O princípio da cooperação ou da exploração conjunta dos depósitos transfronteiriços ( <i>Joint development</i> ) .....	65
4.3.1.	A dimensão positiva da obrigação.....	67
4.3.2.	O aspecto negativo da obrigação.....	68
5.	As formas de cooperação propriamente ditas .....	71
5.1.	Os acordos de unitização transfronteiriça .....	73
5.1.1.	A unitização doméstica .....	73
5.1.2.	A unitização transfronteiriça.....	74
5.2.	Os <i>Joint petroleum developments agreements</i> .....	77
5.2.1.	Os tipos de <i>JPDA</i> à luz do critério da intensidade da cooperação ....	78

## II PARTE

## REGIME JURÍDICO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA

CAPÍTULO I – ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS .....	85
I. OS REGIMES JURÍDICOS DE ACESSO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS NACIONAIS NOS SISTEMAS JURÍDICOS CONTINENTAIS E DE <i>COMMON LAW</i> – PERSPECTIVA GERAL.....	85
1. A titularidade dos recursos naturais.....	85
2. O investidor, o proprietário do terreno e o Estado: <i>quis dominum?</i> .....	91
II. REGIMES JURÍDICOS DE ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO PETROLÍFERA .....	95
1. A atribuição de direitos em diversos sistemas.....	96
i. Indonésia.....	96
ii. Arábia Saudita.....	98
iii. Noruega.....	100
iv. Nigéria.....	102
v. Estados Unidos da América .....	106
vi. Brasil .....	109
vii. Venezuela .....	113
viii. Angola.....	117
III. O QUADRO NORMATIVO EUROPEU E O DIREITO PORTUGUÊS .....	120
1. O quadro normativo europeu .....	120
2. Organização administrativa das actividades e atribuição de direitos em Portugal ....	123
2.1. Os procedimentos concursais e a negociação directa.....	128
2.2. Os procedimentos concursais e o Código dos Contratos Públicos .....	132
2.3. A natureza jurídica dos actos de atribuição de direitos de exploração e produção à luz da doutrina portuguesa.....	133

CAPÍTULO II – ASPECTOS CONTRATUAIS.....	137
I. TIPOS CONTRATUAIS MAIS COMUNS.....	137
II. A NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS NO PLANO DO RELACIONAMENTO VERTICAL .....	143
III. ALGUNS PRINCÍPIOS (OU TENDÊNCIAS) DO “DIREITO CONTRATUAL DO PETRÓLEO” .....	151
1. Observações preliminares (aspectos específicos da realidade contratual e interesses específicos daí resultantes) .....	151
2. Duração mínima efectiva do contrato (normalidade de fixação de um prazo longo; inadmissibilidade de uma denúncia antes de transcorrido um prazo razoável que permita à contraparte uma amortização mínima do seu investimento).....	155
3. Imposição ao Estado-anfitrião de um dever de não alterar, por via legislativa, as condições (fiscais, administrativas, regulamentares, etc.) inicialmente registadas .....	159
a) Princípio geral de intangibilidade (relativa).....	159
b) Cláusulas de intangibilidade e de estabilização .....	161
4. Princípios relativos à alteração das circunstâncias e à impossibilidade (não imputável) de cumprimento .....	165
a) Alguns princípios.....	169
i) Prioridade da renegociação.....	169
ii) Prioridade das soluções que permitam conservar o contrato: a cessação do contrato (por resolução ou “caducidade”) só deve ocorrer em última instância, uma vez esgotadas todas as demais soluções.....	171
iii) Prioridade das soluções que permitam reconstituir ou preservar o equilíbrio das posições contratuais (do modelo ajustado de repartição de custos, riscos e benefícios).....	172
b) Algumas cláusulas típicas.....	174
i) Cláusula de <i>hardship</i> .....	174
ii) Cláusula de revisão ou de renegociação (periódica, ou verificadas certas circunstâncias genéricas) .....	177
iii) Cláusula de adaptação (automática ou semi-automática) .....	178
iv) Cláusula de “ <i>force majeure</i> ” .....	179
v) Cláusula de emergência.....	182
5. Necessidade de, ocorrendo alterações contratuais, subjectivas ou objectivas, não sacrificar (ao menos de forma irrazoável) os interesses dos concorrentes vencidos ....	183
6. Imposição de reservas ou condições à cessão da posição contratual da companhia.....	185
7. Princípios relativos à selecção do “ordenamento jurídico” aplicável, no caso de se tratar de contrato celebrado com <i>IOC</i> de país estrangeiro (análise da questão enquanto problema de direito internacional privado) .....	186
a) Autonomia da vontade vs aplicação da <i>lex territorii</i> .....	186
b) Admissibilidade da designação do “direito internacional”?.....	188
c) Critérios seguidos na ausência de designação pelas partes: ordenamentos jurídicos estatais vs outros “conjuntos normativos” .....	192

8. Princípios respeitantes ao relacionamento internacional.....	196
9. <i>Bilateral Investment Treaties, Multilateral Investment Treaties e standards</i> de protecção do investimento estrangeiro.....	199
9.1. O conteúdo dos tratados de investimento.....	205
9.2. A protecção contra a expropriação.....	206
9.3. O <i>standard Fair and Equitable Treatment</i> (standard FET).....	209
9.4. Standard de tratamento não discriminatório.....	211
<b>CAPÍTULO III – ASPECTOS DO RELACIONAMENTO HORIZONTAL</b> (ENTRE PRIVADOS).....	215
I. MODALIDADES DE ACORDOS MAIS COMUNS NA PRAXIS.....	215
1. <i>Joint operating agreements</i> (JOA).....	216
2. <i>Area of mutual interest agreements</i> (AMI).....	216
3. <i>Joint bidding agreements</i> (JBA).....	217
3.1. <i>Joint agreements</i> .....	217
3.2. <i>Agreements for services</i> (contratos de prestação de serviços).....	218
3.3. <i>Unitisation agreements</i> (acordos de operação unificada).....	218
4. Formas jurídicas de concretização desses acordos.....	219
5. Aspectos de direito da concorrência.....	222
<b>CAPÍTULO IV – A TRIBUTAÇÃO DO PETRÓLEO</b> .....	225
I. NOÇÃO E ÂMBITO DA TRIBUTAÇÃO DO PETRÓLEO.....	227
1. Tributação do petróleo.....	228
2. Tributação em sentido amplo.....	231
3. Um regime tributário muito especial.....	234
II. ALUSÃO AO ENQUADRAMENTO DA TRIBUTAÇÃO DO PETRÓLEO.....	237
III. OS INSTRUMENTOS DA TRIBUTAÇÃO DO PETRÓLEO.....	245
1. A diversidade e evolução dos instrumentos.....	245
2. Os instrumentos fiscais.....	248
3. Os instrumentos não fiscais.....	260
4. A liquidação e administração dos tributos.....	265
IV. REFERÊNCIA A ALGUNS DESAFIOS E IMPACTOS DA TRIBUTAÇÃO DO PETRÓLEO.....	267
1. Menção aos desafios à política de tributação do petróleo.....	267
2. Referência a alguns impactos da tributação do petróleo.....	269

### III PARTE

#### AMBIENTE, MERCADOS E ARBITRAGEM

<b>CAPÍTULO I – DIREITO AMBIENTAL DO PETRÓLEO</b> .....	277
I. UMA ECONOMIA PÓS-FÓSSIL.....	277
1. Ambiente e extracção petrolífera.....	279
a) Enquadramento e objectivos.....	280

II. PROPOSTA PARA UM DIREITO AMBIENTAL DO PETRÓLEO .....	285
1. Avaliação ambiental estratégica .....	286
a) Avaliação ambiental estratégica das actividades petrolíferas .....	289
b) Avaliação estratégica integrada e participada .....	290
2. Avaliação de impactes ambientais do projecto .....	291
a) Procedimento de avaliação de impacte ambiental .....	292
b) A dimensão comunicacional da avaliação de impacte ambiental .....	298
c) Efeitos da avaliação de impacte ambiental .....	300
3. Prevenção e controlo integrados da poluição .....	304
a) A prevenção integrada e a melhor técnica disponível .....	304
b) Vicissitudes da licença ambiental .....	307
4. Prevenção de acidentes graves associados a substâncias químicas perigosas ....	308
a) Obrigações de prevenção integrada da poluição .....	310
b) A prevenção no plano internacional .....	315
5. Acesso à informação, participação e acesso à justiça .....	316
a) Transparência e acesso à informação .....	317
b) Abertura e participação .....	320
c) Aceitabilidade e acesso à justiça .....	322
6. Responsabilidade ambiental .....	323
7. Eco-gestão e auditoria ambiental .....	327
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO AMBIENTAL GERAL E SUA APLICAÇÃO	
À ACTIVIDADE PETROLIFERA .....	328
1. Princípio do desenvolvimento sustentável .....	329
2. Princípio da integração .....	330
3. Princípio da prevenção .....	330
4. Princípio da precaução .....	331
5. Princípio do poluidor-pagador .....	333
IV. O FUTURO DO DIREITO AMBIENTAL DO PETRÓLEO .....	333
1. Nivelamento por cima .....	336
2. O futuro Regulamento Europeu .....	338
a) Definição legal de conceitos indeterminados .....	340
b) Transparência e vulnerabilidade das instalações petrolíferas .....	341
c) Responsabilidade alargada do operador .....	341
d) Conhecimento efectivo do panorama petrolífero europeu .....	342
CAPÍTULO II – MERCADOS .....	345
I. O MERCADO DO <i>CRUDE OIL</i> . A NEGOCIAÇÃO E A FIXAÇÃO DE PREÇOS .....	345
II. O ACTUAL SISTEMA INTERNACIONAL DE FIXAÇÃO DE PREÇOS .....	350
1. Dos preços fixos ou <i>administered oil market system</i> ao Sistema de Mercado ou <i>market based trading system</i> .....	350
2. Os principais vectores de influência na formação dos preços ( <i>price drivers</i> ) ....	354
2.1. A influência dos factores macroeconómicos .....	356

2.2. Os derivados do crude e o mercado dos produtos refinados.....	357
2.3. O valor da cadeia de extração-fornecimento na formação do preço.....	359
2.4. A assimetria informativa e o efeito da informação no sistema de pricing....	363
2.5. A influência dos mercados regulamentados no preço final .....	368
3. A regulação mundial da negociação <i>Over The Counter</i> (OTC).....	371
III. A NEGOCIAÇÃO – MERCADOS SPOTE DERIVADOS, INSTRUMENTOS FINANCEIROS, MERCADOS REGULAMENTADOS E PLAYERS .....	374
1. Formas de negociação e contratação de crude oil .....	378
2. Os Mercados Regulamentados: a NYMEX, a ICE e a DME .....	389
2.1. A <i>New York Mercantile Exchange</i> (NYMEX).....	390
2.2. A <i>Intercontinental Exchange</i> (ICE).....	393
2.3. Uma revolução no mercado do Médio Oriente: a criação da <i>DME – Dubai Mercantile Exchange</i> .....	395
3. Três Mercados Isolados? .....	399
 CAPÍTULO III – A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E O PROGRESSO	
DA ARBITRAGEM.....	403
1. Introdução .....	403
2. Contextualização histórica das relações entre concessionários e Estados petrolíferos.....	405
3. A essencialidade da arbitragem como método de resolução de disputas nos contratos petrolíferos de longa duração.....	408
4. A jurisprudência arbitral como reflexo dos momentos históricos de tensão na indústria petrolífera .....	411
4.1. O período de confrontação entre Estados concessionores e as grandes empresas petrolíferas: O <i>caso Sapphire</i> e as nacionalizações líbias.....	412
4.2. A afirmação inequívoca da arbitragem como método de solução de conflitos entre Estados e investidores estrangeiros: O <i>caso Aminoil</i> e o <i>caso AGIP</i> .....	413
4.3. O reviver dos confrontos entre Estados e operadores petrolíferos: os recentes processos de nacionalização na América Latina .....	415
5. O litígio arbitral: das arbitragens ad-hoc às soluções institucionalizadas .....	416
6. Os postulados essenciais da jurisprudência arbitral relativa a litígios na indústria do petróleo.....	421
6.1. Das relações entre a soberania estatal e o princípio <i>pacta sunt servanda</i> ....	421
6.2. Do direito à expropriação de investimentos petrolíferos e respectivos limites .....	422
6.3. Dos determinantes de compensação por medidas de expropriação directa....	424
6.4. Medidas de expropriação indirecta e gradual e poderes regulatórios estatais...	425
7. Regras práticas relevantes em litígios arbitrais internacionais.....	427
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 431